

**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

ATA N.º 02 / 2015

..... No **primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e quinze**, realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, a **Quinta Reunião Ordinária** da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, com início pelas 14:30 horas, na qual participaram vinte e sete deputados dos vinte e oito que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO UM - LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2015.**

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM.**

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI 2015**

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS – RATIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO”**

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2016-2019.**

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS.**

..... A Mesa, presidida por José Manuel Pavão, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes faltas:

..... **I - ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**

..... **MANDATOS – MEMBROS:**

..... **Justificação da falta e pedido de substituição:**

..... Horácio Domingos Afonso, faltou e justificou.



..... Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida, substituída por António Alberto Vaz Pereira Morais.

..... Verificada a existência de *quórum*, deu-se início à sessão com o período:

..... **ANTES DA ORDEM DO DIA**

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Cumprimentou todos os presentes.

De seguida, passou-se à discussão do:

..... **PONTO UM - ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA QUARTA
SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2015.**

Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, em
virtude de previamente ter sido distribuída pelos deputados.

O Presidente da Mesa questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa registou a
inscrição de António Morais,

..... **ANTÓNIO MORAIS** – Referiu que sendo a ata um resumo da intervenção tem no entanto de
refletir a ideia chave, tem de conter o mínimo que permita a compreensão daquilo que foi dito. Neste
sentido solicitou que fosse retificada, acrescentando na página 11, linha 23 “...este problema,
*«nomeadamente no que respeita à recolha e tratamento dos resíduos resultante da atividade de
construção civil»* e na página 14, a partir da linha 9 “... comunga de algumas observações sobre
*«condutas e atuação errada por parte dos serviços do PNM, mas resultantes da falta de meios técnicos,
financeiros e humanos e de políticas adequadas»*.

**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO
APROVADA, POR MAIORIA, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS
ABSTENÇÕES.**

Ainda no período antes da ordem do dia, a mesa registou a inscrição de Francisco Marcos, José Freire,
Júlio de Carvalho, Dinis Veiga, Pedro Mascarenhas, Pedro Santos e Serafim João.

..... **FRANCISCO MARCOS** – Apresentou uma moção sobre a portagem do túnel do Marão.

«Portagem Túnel do Marão

*Considerando que o distrito de Bragança foi o último de Portugal a usufruir de uma estrutura rodoviária
com perfil de auto-estrada;*

*Considerando que o isolamento a que fomos votados durante anos e anos contribuiu para aumentar as
assimetrias em relação ao grosso do território nacional;*

Considerando que a A4 tem que constituir uma ferramenta para o desenvolvimento da região e do país;



Considerando que a auto-estrada tem que contribuir para a melhoria das condições de vida das populações transmontanas, para superar oportunidades perdidas, para dignificar toda uma região que se viu manietada ao longo de anos e anos;

Considerando que boas vias de comunicação são imprescindíveis para o desenvolvimento económico, para a coesão territorial, para a fixação das populações, para a competitividade, para a igualdade de oportunidades e para o melhor acesso à saúde e socorro das populações;

Considerando que o túnel do Marão constitui uma importante infra-estrutura para a conclusão da ligação da A4 Quintanilha-Porto;

Considerando que dentro de pouco tempo estarão concluídas as obras da referida infra-estrutura;

Considerando que a obra acarretou diversos atrasos ao longo do tempo, o que prejudicou a economia da região e a mobilidade das pessoas, nomeadamente as de Trás-os-Montes;

Considerando que a região de Trás-os-Montes devia ser alvo de medidas de discriminação positiva já que ao longo do tempo, devido ao seu isolamento, houve reflexos negativos a nível económico e social, demográfico e até político;

Considerando que o Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real defendeu Publicamente e há bem pouco tempo um período de carência para o não pagamento de Portagens no Túnel do Marão devido aos atrasos das obras e às consequências negativas para a economia e a população de Trás-os-Montes;

Assim, propomos que sejam tomadas diligências necessárias junto da Comunidade Intermunicipal Alto Tâmega e da Comunidade Intermunicipal do Douro de forma a serem tomadas medidas de carência para o não pagamento de portagens relativas ao túnel do Marão, por um período a ser concertado entre as diferentes Comunidades Intermunicipais.

Esta proposta, depois de aprovada, deverá ser enviada para o Exmo. Presidente da República, Exmo. Primeiro-Ministro, Ministro da Tutela e Assembleia da República.»

JOSÉ FREIRE – Relativamente ao horário de trabalho referiu que o mais importante e mais valioso da região são as pessoas. Na sua opinião perdeu-se a oportunidade de as Câmaras Municipais afirmarem a sua autonomia relativamente ao Estado.

Quanto à data da reunião gostaria que não tivesse sido neste dia.

JÚLIO DE CARVALHO – Fez um simpático protesto relativamente à data da reunião, procedendo à leitura de um e-mail enviado ao Primeiro Secretário: «Era eu menino e moço e já me

ensinavam a festejar o 1º de Dezembro. Fi-lo, com galhardia, durante muitos anos. Não o vivi com a mesma intensidade quando me apercebi de aproveitamentos inoportunos. Não quero entrar na discussão política da bondade ou maldade na extinção deste feriado. Tenho a minha opinião respeitável como a daqueles que resolveram extingui-lo. Sinto-me no direito, no entanto, de manifestar a minha preocupação pelo simples facto de me quererem impedir de comemorar este evento, ao designarem uma Assembleia para esta data. Longe de mim, contudo, admitir que houve intenção de provocar quem se deleita com a celebração da Independência Nacional».

Referiu ainda, que pertence a um grupo de amigos que neste dia se reuniram para um almoço e havendo tantos dias, porquê hoje? Manifestou a vontade de continuar a festejar a Independência Nacional, gostaria que a Assembleia Intermunicipal tivesse isso em consideração e não voltasse a realizar-se em datas de feriado.

..... **DINIS VEIGA** – Subscrive totalmente a moção apresentada “Portagem do túnel do Marão”.

Referiu ainda que terá de haver união entre todos e colocou a questão “porque os Presidentes de Câmara não trabalham no sentido de reunir uma só CIM (Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes)”.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – No seguimento de uma intervenção do deputado Pedro Santos, ficou incumbido de contactar a CIM Douro, nesse sentido, efetuou inúmeros contactos.

..... **ANTÓNIO MORAIS** – Sobre a moção apresentada “Portagem do túnel do Marão” referiu que existe uma alternativa inferior (antiga IP4) no entanto acha que é indigno que se pague uma portagem quando a alternativa é quase da Idade Média.

..... **PEDRO MASCARENHAS** – Relativamente à moção apresentada, referiu que se deve ter objetividade e critério, o túnel tem uma alternativa e antes de, não se pagar o túnel dever-se-ia garantir o não pagamento da restante via.

..... **PEDRO SANTOS** – A sua intervenção vem no seguimento da intervenção do deputado anterior. Referiu que se deve ser pragmático, tem que se ver se a moção é só da nossa CIM, ou se é também das restantes? O túnel vai ser portajado e a restante via é que é importante, tem que se garantir, que o troço da IP4 não será portajado porque não existe alternativa já o túnel é apenas um complemento e tem alternativa. Entende que o objetivo da moção deveria ser a A4.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Questionou o deputado Francisco Marcos sobre a moção proposta, se é em consonância com as restantes CIM ou se pretende que seja aprovada de imediato.



..... **FRANCISCO MARCOS** – Referiu que a moção deve ser aprovada nesta sessão da Assembleia Intermunicipal e enviada para as outras CIM's para que elas façam as suas moções, no mesmo sentido.

..... **SERAFIM JOÃO** – Referiu que é favorável às moções deste tipo de temática, no entanto acha que com esta moção se está alertar o Governo para abertura de portagens.

..... **ANTÓNIO CARÇÃO** – Referiu que por se tratar da primeira moção apresentada, deveria ser apoiada, no entanto, entende que poderia ser melhorada.

..... **JÚLIO DE CARVALHO** – Referiu que se está a ver um problema onde não existe.
Ao se alertar o país de uma situação de isenção, vai levantar-se a questão porque a região deve ter isenção? Na sua opinião não se levantava o problema, no caso da aplicação de portagens, aí sim, deveria se reivindicar.

..... **ILÍDIO VAZ** – Referiu que respeita o promotor da moção e concordando com a afirmação do Dr. Júlio, acha que é extemporâneo mas por agora estamos nos habituando ao verbo do reverter.
Vai haver um custo que vamos ter que pagar e sobretudo quando chegar o momento, a CIM deve-se preocupar mas neste momento, estamos nos a preocupar com uma situação que efetivamente não existe. ..

..... **JOSÉ FREIRE** – Referiu que se deve assumir a nossa interioridade, no entanto também se deveria reivindicar/queixar e não vê qualquer problema em aprovar este tipo de situações.

..... **FRANCISCO MARCOS** – Referiu que este “alerta” não é apenas desta CIM, o Presidente da Câmara de Vila Real já o fez. O interior tem sido muito prejudicado e se nós não reivindicarmos quem o fará. Mantém a moção com abertura para ser completada/melhorada.

A PROPOSTA DA MOÇÃO “PORTAGEM TÚNEL DO MARÃO” FOI COLOCADA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR MAIORIA COM VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR E CINCO ABSTENÇÕES.

O Deputado Ilídio Vaz fez declaração de voto para esclarecer que a sua abstenção é por achar a moção extemporânea e fora de contexto.

De seguida passou-se à discussão do:

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM.**



..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** –
Cumprimentou todos os presentes e referiu que se aproveitava a oportunidade para distribuir o livro
“Mensageiro de Bragança - 75 anos ao serviço da região” que se trata de uma obra de grande interesse e
uma PEN com os Estudos desenvolvidos pela CIM, a saber, “Estudo de Valorização Potencial Cinegético
e Piscícola do Território da CIM-TTM”, “Plano de Ação da Rede Viária Municipal”, “Estratégia
Integrada de Desenvolvimento Territorial”, “Estudo de Mobilidade e de Proteção Civil”, “Pacto para o
Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-TTM”, “Plano de Marketing Territorial das Terras de
Trás-os-Montes”. Em nome do Conselho Intermunicipal, dirigiu uma palavra de agradecimento e de
reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal no
âmbito das comemorações dos 150 anos do Abade de Baçal, concretamente o congresso realizado nos
dias 13 e 14 de novembro sobre a “Vida, Obra e Pensamento do Abade Baçal”.
Referiu também que passava a palavra ao pelo Primeiro Secretário para que este fizesse uma apresentação
da atividade da CIM-TTM.

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** - Referiu que o resumo da atividade da CIM
decorrida entre a última reunião e esta foi antecipadamente distribuída com a documentação.
De seguida, fez apresentação das principais atividades da CIM-TTM, no período desde a última reunião
da Assembleia Intermunicipal e até à data:
A principal atividade da CIM no período em referência, está relacionada com a elaboração do Pacto para
o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).
A elaboração do PDCT decorreu dos trabalhos que o precedem, nomeadamente do Plano Estratégico de
Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) e da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal
(EIDT).
Após várias reuniões de negociação com as autoridades de gestão dos Programas Operacionais Norte
2020, Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR), Inclusão Social e Emprego
(POISE) e do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) foi acordada a versão final
que foi objeto de contratualização, no dia 5 de agosto, em cerimónia pública realizada em Guimarães
(Paço do Duque de Bragança) presidida pelo Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel
Poiarses Maduro.
Com a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial a região irá beneficiar de um
apoio global na ordem dos 58 milhões de euros, que inclui intervenções prioritárias em diferentes áreas,



como a inclusão social, a educação e formação, a criação de emprego, a eficiência energética e os regadios.

Espera-se a abertura de avisos para a apresentação de candidaturas no âmbito do financiamento do Pacto ainda no mês de dezembro de 2015.

Tendo em vista a elaboração do mapeamento dos investimentos em infraestruturas escolares, de saúde e culturais foram realizadas várias reuniões com a CCDRN e com os setores do Estado responsáveis. O processo foi consensualizado a nível do mapeamento em infraestruturas escolares tendo o mesmo sido aprovado e contratualizado no Pacto envolvendo um financiamento comunitário de 12 682 500 euros.

Quanto ao mapeamento em infraestruturas de saúde foi possível, após posição firme da CIM, ver a proposta da Direção Regional de Saúde do Norte alterada com um reforço significativo face ao inicialmente proposto, passando o investimento de 374 000 euros para 1 589 500 euros.

Relativamente ao mapeamento em infraestruturas culturais o processo ainda não está encerrado em virtude de a CIM TTM não ter aprovado a proposta da Direção Regional de Cultura do Norte e da CCDRN que não especifica os investimentos a efetuar no período 2014-2020 e sobretudo porque não faz sequer uma afetação de verbas por CIM (NUTS III).

Quanto ao mapeamento em infraestruturas sociais o processo ainda não foi iniciado em virtude de o Ministério da Segurança Social ter informado de que só se envolveria no processo no mês de janeiro 2016.

Após várias reuniões e insistência com a presidência da CCDRN tornou-se possível a abertura de um aviso dirigido aos municípios da CIM TTM para contemplar as candidaturas admitidas na bolsa de overbooking, no âmbito do ON.2, envolvendo o financiamento de 17 operações e representando um encaixe financeiro global na ordem dos 3,4 milhões de euros (assinatura dos contratos a 5 de agosto).

Assinatura no dia 11 de setembro dos contratos de financiamento da candidatura apresentada pela CIM TTM, no âmbito do Despacho n.º 5119-B/2015 de 13 de maio – Apoio Financeiro à Integração e Partilha de Serviços e Competências dos Municípios, da Secretaria de Estado da Administração Local, envolvendo um financiamento de 350 700 €. Os contratos de financiamento foram publicados no DR, 2.ª série, n.º 190 de setembro 2015.

De referir que das 42 candidaturas apresentadas a nível nacional apenas foram financiadas 13 sendo a da CIM TTM a de terceiro maior montante. A candidatura contempla apoio para: Partilha de infraestruturas tecnológicas/Cloud TTM; Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da gestão intermunicipal do



sistema de abastecimento de água e saneamento na CIM TTM; Criação de infraestrutura de dados espacial em software aberto – IDE e Plataforma colaborativa de Proteção Civil.

No âmbito da Carta de Compromisso foi realizado no dia 19 de junho, o Fórum de Trás-os-Montes e Alto Douro, no Centro de Congressos do Palace Hotel, no Vidago. A organização esteve a cargo dos 9 elementos membros da Carta de Compromissos dos quais a CIM TTM faz parte. De realçar a participação significativa de vários agentes do Desenvolvimento da região.

Neste âmbito os signatários têm vindo a reunir com regularidade com o objetivo de construir candidaturas a fundos comunitários que permitam concretizar ações de âmbito regional nas áreas do empreendedorismo, do marketing territorial e na transferência de tecnologia para as empresas.

No âmbito da Educação a CIM tem vindo a trabalhar com as escolas e agrupamento de escolas da região no sentido de, em conjunto, encontrar soluções de oferta formativa adequada às necessidades das empresas, às capacidades existentes nas escolas e à empregabilidade e tendo em conta a aptidão vocacional dos alunos. Trata-se de um processo complexo mas da maior importância para o sucesso escolar. Neste sentido conseguiu-se chegar a um acordo entre todas as escolas quanto à oferta formativa para o presente ano letivo, no entanto a DGEstE alterou a proposta sem informar previamente a CIM ou as escolas, tendo criado problemas aos alunos de alguns concelhos.

Perante esta situação e tendo em vista modificar a forma de atuar das entidades envolvidas, a CIM deliberou implementar com a colaboração da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ). Com este sistema a oferta formativa estará suportada por informação clara, objetiva, atual e aprofundada sobre dinâmicas de procura de qualificações, no mercado de trabalho, quer a curto quer a médio prazo.

A CIM reuniu no dia 30 de julho com a Senhora Ministra da Agricultura e do Mar com o objetivo de tratar do assunto relacionado com os condicionalismos à edificação nos espaços florestais ou rurais, impostos pela legislação em vigor (Dec-Lei n.º 124/2006 e Dec-Lei n.º 17/2009).

Perante este problema colocado pela CIM referente à obrigatoriedade de afastamento mínimo de 50 metros à estrema da propriedade na edificação em espaços fora dos aglomerados urbanos, a Senhora Ministra mostrou ser conhecedora do assunto e informou de que o ministério já procedeu à elaboração de proposta de alteração da legislação tendo em vista não dificultar investimentos importantes para o desenvolvimento da Região. Esta proposta de alteração legislativa obteve o parecer da ANMP, o apoio do ICNF e foi aprovada em Conselho de Secretários de Estado. Sendo assim, a nova proposta legislativa está



a aguardar agendamento para a reunião do Concelho de Ministros. Caso não seja possível a aprovação na presente legislatura o assunto constará da pasta de assuntos a transferir para o próximo governo.

Na sequência da reunião havida com a Senhora Ministra da Agricultura e do Mar onde o assunto da cedência à CIM, das Casas Florestais, foi abordado, o ICNF comunicou que emitirá parecer favorável à cedência das casas à CIM. Neste âmbito está agendada uma reunião com o ICNF para o dia 26 de novembro para avaliar as condições de cedência e encetar o processo negocial respetivo.

Face ao problema de alarmismo colocado na opinião pública referente à falta de segurança alimentar com o consumo de fumeiro, é de salientar a forma empenhada como o assunto do botulismo nas alheiras foi tratado a nível da CIM, com o envolvimento de todos os autarcas e a emissão de um comunicado público de valorização do fumeiro de Trás-os-Montes. De realçar também o esforço desenvolvido pelos Presidentes de Câmara de Mirandela e de Vinhais em trazer à região o Diretor-Geral da Saúde e os Secretários de Estado da Alimentação e Investigação Agro-Alimentar e Adjunto do Ministro da Saúde, o Diretor Geral de Alimentação e Veterenária e do Inspetor-geral da ASAE para assumirem publicamente o “risco zero” associado à ingestão destes produtos. Trata-se de um problema da maior importância económica para a região e que, infelizmente, está a afetar as empresas produtoras verificando-se uma recuperação muito lenta do consumo das alheiras. A CIM continua empenhada no apoio a ações que tenham por objetivo recuperar a confiança dos consumidores nestes produtos.

Considerando que está a decorrer um período muito relevante a nível de abertura de avisos de enquadramento de candidaturas para obtenção de financiamentos comunitários para a realização de diversas ações de interesse para o desenvolvimento económico e social da região a CIM TTM está empenhada na elaboração de processos de candidatura a diferentes programas sendo de destacar:

No âmbito do Norte 2020: - Elaboração de candidaturas ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos – PROVERE; Sistemas de apoio às Ações Coletivas “Promoção do Espírito Empresarial”; Sistemas de apoio às Ações Coletivas “Internacionalização”, Sistema de apoio às Ações Coletivas “Qualificação”.

No âmbito do INTERREG – SUDOE – Projeto “Smart Montain” a CIM TTM é parceiro juntamente com a RUDE numa candidatura com a esMontañas – Asociación Española de Municipios de Montaña (Espanha) e com a ANEM – Association Nationale des Élus de la Montagne (França).

No âmbito do INTERREG – SUDOE – Projeto “MYCOPOLIS” a CIM TTM é um dos nove parceiros sendo o chefe de fila o Centro de Investigación y Tecnologia Agroalimentaria de Aragon (Espanha).



No âmbito do INTERREG – POCTEP – Estão a ser preparadas candidaturas no âmbito do ZASNET e em parceria com a Diputacion de Zamora.

Na sequência da proposta apresentada pelo deputado Júlio de Carvalho, na última reunião da Assembleia Intermunicipal relacionada com a salvação do coelho bravo, a CIM atuou junto do Ministério da Agricultura no sentido de conhecer os apoios financeiros existentes no Programa de Desenvolvimento Rural e insistir na necessidade de abertura de avisos no setor da cinegética. No entanto até ao momento ainda não houve a publicação de avisos para aceder a fundos comunitários que habilite a CIM a elaborar uma candidatura capaz de encetar um programa integrado e articulado com Associações de caçadores da região de forma a constituir exemplos de iniciativas concretas de recuperação do coelho bravo, espécie da maior importância económica e social para a região.

Atendendo à importância do assunto a CIM está a articular com os municípios e as outras entidades licenciadoras, DRAPN, CCDRN e IAPMEI a implementação do Dec-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) a nível da uniformização de metodologias tendo em vista facilitar o processo de licenciamento de muitas explorações.


Nos dias 13 e 14 de novembro decorreram, em Bragança, no Auditório Paulo Quintela, um conjunto de palestras sobre o tema “Vida, Obra e Pensamento de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal”. Cujas comissões organizadoras foram presididas, pelo Dr. José Manuel Pavão, Presidente da Assembleia Intermunicipal e teve o envolvimento da CIM na organização. De realçar a excelência da organização a cargo do Dr. José Manuel Pavão, a superior qualidade dos oradores presentes e a elevada afluência de participantes.

A CIM TTM procurou assegurar a participação em diversos eventos/certames considerados importantes na promoção e valorização do território das Terras de Trás-os-Montes, a saber:

Apoio e Participação da CIM TTM na Expo de Trás-os-Montes com Stand institucional da CIM e dos municípios;

A CIM TTM esteve também presente com o stand institucional na TerraFlor, em Vila Flor e nos Gorazes, em Mogadouro.

Visita à feira de Imobiliário e Turismo, promovida pela Câmara do Comércio e Indústria Franco-portuguesa, em Paris, para constatação do interesse do certame e da representação da região;



À semelhança do ano anterior, no 11 de novembro, a CIM esteve representada pelo seu Presidente e Primeiro Secretário, nas cerimónias comemorativas do Dia de São Martinho, em Paris, promovido pela Associação Cap Magellan.

Participação na organização, no dia 2 de julho, em Bragança na Sessão de Divulgação do Portugal 2020 – Quadro de Apoio à Atividade Turística a cargo da Turismo Porto e Norte de Portugal.

A CIM TTM participou em várias reuniões relacionadas com o novo Quadro Comunitário – Portugal 2020 e com o encerramento do anterior, a nível da Comissão de acompanhamento do Norte 2020, a nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses e a nível do Conselho Regional do Norte.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** - Referiu que se tratou de um excelente role de atividades. Questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa registou a inscrição de Pedro Mascarenhas, Dinis Veiga e Júlio de Carvalho.

..... **PEDRO MASCARENHAS** – Relativamente aos condicionalismos à edificação nos espaços florestais ou rurais, o que diz a lei é que deve ser respeitado o afastamento constante do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Caso não exista este Plano aprovado, tem de se respeitar o afastamento de 50 m às extremas do terreno. Neste sentido, se a lei demorar a ser alterada/revogada, o melhor será os municípios aprovarem os PMDFCI.

..... **DINIS VEIGA** – Registou com agrado a vinda de 56 milhões de euros para a região. No entanto entende que esse valor deveria vir para a CIM para ela poder administrar e não estar sujeito a candidaturas. Através de candidaturas exigem tudo e mais alguma coisa, só quem as submete é que sabe. Depois surgem candidaturas em *overbooking* para usar o que alguns não usaram. Relativamente aos 12 milhões para a educação, questionou onde irão ser investidos? Em que concelhos?

A CIM não fez nada relativamente à parte social e neste distrito há tanta carência, quem está inserido nas IPSS é que sabe e vê os grandes problemas que existem. Se as IPSS faltarem não sabe o que será.

Louva o trabalho da CIM no que respeita à formação para a região.

Referiu também que as três CIM existentes na região de Trás-os-Montes e Alto Douro deveriam unir-se haver uma só.

Congratulou o Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Américo Pereira e o Presidente da Câmara de Mirandela, Eng.º António Branco, no que respeita ao botulismo “deram o peito às balas”. A culpa é dos jornalistas, eles só querem vender papel.

..... **JÚLIO DE CARVALHO** – Gostava de ver no plano de atividades o assunto sobre o coelho bravo. A CIM só terá sucesso se for audaciosa, deveria criar uma empresa de microcrédito para ajudar a juventude, tem conhecimento de muita gente que tem projetos mas não tem dinheiro para começar, gostava de ver isto implementado. Relativamente às casas florestais, a nomeação do Sr. Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, entende que, é uma grande personalidade e que vai trazer mudanças relativamente à caça, à agricultura e mesmo na política florestal.

Voto de louvor pela nomeação do Dr. Jorge Gomes como Secretário de Estado da Administração Interna, é um homem bom, lutador é um homem da nossa região.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Fez o enquadramento dos diversos assuntos:

A questão dos condicionalismos à edificação nos espaços florestais ou rurais é um grande óbice nesta região e tem sido objeto de muita discussão. O problema é que os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios estão à espera de aprovação e sem resposta.

Relativamente à união das três CIM's não se vai manifestar, porque apesar de ter sido contra a cisão da anterior CIM de Trás-os-Montes, mas os Municípios do Alto Tâmega quiseram a separação, restou aos restantes aceitar. Na sua opinião cometeram um grande erro porque neste momento são a CIM mais pobre e mais pequena do país.

O PEDI é um bom plano, trabalhado pelos municípios será a nossa bíblia de atuação durante os próximos 7 anos e que permitirá candidaturas a privados e a públicos, onde consta aquilo que referiu o Dr. Júlio de Carvalho sobre o financiamento de empresas/empreendedores, mas ainda não se encontram abertos os avisos.

Quanto às escolas, foi referido pela União Europeia que já estão todas feitas, que nós portugueses já gastámos demais em escolas. No entanto, como existem situações pontuais por resolver foi enviado para Bruxelas um mapeamento com as intervenções que são imprescindíveis. No Norte existem 7 concelhos que não foram beneficiados na área escolar e que precisam de intervenção. No caso concreto das Terras de Trás-os-Montes existe o mapeamento tem essa verba comprometida para as intervenções identificadas. É expectável que em janeiro abram os avisos para estas intervenções.

Na saúde aconteceu o mesmo, também tem que ter mapeamento, o dinheiro vai ser investido nos hospitais de Mirandela e Bragança, ao nível dos blocos operatórios e outros investimentos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

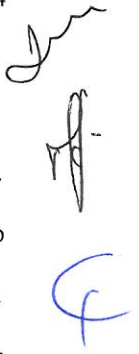
Quanto à cultura ainda não existe mapeamento aprovado, porque os mapeamentos têm de ter um acordo tripartido, CIM, CCDRN e do Governo. A proposta que foi apresentada não referia locais de intervenção, apenas indicavam as prioridades de intervenção, o que pela análise, ancorava as intervenções do Minho e Porto.

O *overbooking* é aquela verba que quando se chega ao final do quadro comunitário de apoio e o dinheiro não foi gasto, porque não se concretizaram as candidaturas aprovadas, ou estas ficaram abaixo do valor aprovado, serve para permitir candidatar investimentos que já foram iniciados e não eram objeto de co-financiamento. Na anterior contratualização, a CIM TM ficou prejudicada em largos milhões. Assim em fase de *overbooking*, a CIM TTM não se “calou”, fomos sempre batendo na mesma tecla, reivindicando e conseguiu-se que fosse atribuída uma verba de 3,4 milhões para apresentar candidaturas de projetos que já se encontram em curso e quase finalizados.

Era importante que órgão apresentasse moções, uma delas deveria ser para os condicionalismos à edificação nos espaços florestais ou rurais, estamos todos cansados de insistir e não há qualquer decisão. Outra seria no sentido da prorrogação do prazo indicado no RERAE para além do dia 2 de janeiro de 2016, pois é a primeira vez que se tem a oportunidade de legalizar pequenas construções/atividades económicas.

Poderia ser elaborada uma outra sobre a distribuição dos fundos da União Europeia. Todos sabemos que estes existem com o objetivo de atenuar/combater as assimetrias existentes dentro da Europa. Na região Norte existem também muitas assimetrias e a aprovação dos projetos por parte da Autoridade de Gestão são inversas às assimetrias existentes. Pois a Área Metropolitana do Porto, que apresenta, de forma isolada, níveis de desenvolvimento superiores a qualquer outra NUTS III da região Norte, continua a ser beneficiada com o maior número de projetos aprovados. Aliás, a AMP apenas beneficia dos fundos comunitários por pertencer a uma região que integra zonas pobres e com baixos níveis de desenvolvimento como o Tâmega e Sousa e Trás-os-Montes, por exemplo. O quadro seguinte mostra a relação dos projetos aprovados/valor atribuído (valores aproximados):

Entidade	Número de projetos aprovados	Valor
CIM TTM	11	1.110.000,00 €
CIM AT	5	615.000,00 €
Douro	17	2.797.000,00 €
Minho	23	4.000.000,00 €
Cávado	129	25.000.000,00 €
Ave	136	31.000.000,00 €
AMP	440	104.000.000,00 €
Tâmega e Sousa	80	10.000.000,00 €



Aquilo que a União Europeia pretende combater, a Região Norte faz precisamente o oposto.

..... **AMÂNDIO GOMES** – Colocou a questão dirigida ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal relacionada com as assimetrias - a que atribui este tipo de resultados?

..... **AMÉRICO PEREIRA (PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL)** - Referiu que o Dr. Júlio de Carvalho tocou num ponto essencial - regionalização. A regionalização é inevitável, o processo de descentralização termina com a CCDRN/CIM, ou seja, isto acaba quando a CCDRN tiver um órgão eleito pelo Conselho Regional (autarcas/regiões).....

..... **PEDRO SANTOS** – Referiu que já se falou das diversas diligências tidas relativamente à segurança alimentar, no entanto, é da opinião de que a CIM deveria ter uma participação, um papel importante na “Certificação de Qualidade”. Há muitas cozinhas regionais que não têm certificação e é aqui que a CIM deveria tomar medidas no sentido de certificar os produtos com marca “Terras de Trás-os-Montes”.

Relativamente à caça referiu que se tem falado do coelho bravo, no entanto falta falar da caça grossa.

Deixou uma nota, sobre a audácia e frontalidade do Senhor Presidente de Vinhais pela carta que escreveu ao autarca do Porto, foi uma carta à “transmontano” com frontalidade e os pontos nos ii.

Por fim, indagou o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre as ferramentas a CIM dispõe para travar o que se está a passar com os fundos comunitários.

..... **ANTÓNIO MORAIS** – Referiu que irá ser sintético traduzindo o que lhe vai no pensamento sobre as reflexões do discurso do Presidente do Conselho Intermunicipal. Em jeito de paradoxo a CIM tem que se transformar em outra coisa. Só com a regionalização se terá um projeto participado não havendo outra solução. Dar outra prespetiva à região, a mãe de todas as mães é a transformação da CIM através da regionalização.

Tendo em conta tudo o que foi referido sobre o Abade de Baçal, a organização das palestras decorridas em Bragança foram um êxito, e na Assembleia Municipal de Bragança foi aprovada uma moção para recuperar a casa do Abade de Baçal.

..... **JÚLIO DE CARVALHO** – Referiu que a caça maior está em expansão na nossa região e a C. M. de Bragança está a trabalhar muito bem este setor. O facto limitador é o Parque Natural de Montesinho, nesta zona há excesso de veados e corsos e o parque não paga nada a ninguém. O Parque não tem colaborado em nada e é uma fonte de riqueza da região.



..... **PEDRO SANTOS** – Relativamente à caça grossa há abundância desta espécie mas a região de Trás-os-Montes vai para além do âmbito territorial da CIM-TTM.

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Informou sobre a existência e aproximação do Urso Pardo que foi visto a 27 km do nordeste. A CIM foi contactada no sentido de sensibilizar e alertar a população sobre a presença deste animal e dos prejuízos que poderá fazer na agricultura, contudo a presença do Urso Pardo vai ser uma realidade.

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI 2015.**

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Referiu tratar-se de um reforço de capital no valor de 71.238,31 Euros que corresponde ao saldo da gerência anterior (2014). A revisão tem como propósito avançar com novas contratações para “Elaboração do Estudo de combate ao insucesso escolar”; “Aquisição de livros – 75 anos do Mensageiro de Bragança” e “Exposição sobre a história contemporânea”.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Questionou, a Assembleia, se existia alguma intervenção. A Mesa não registou inscrições.

APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI 2015 A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS – RATIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO”**

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Informou que no mês de abril, foi efetuada uma contratação para apoio jurídico, ao Dr. Paulo Abreu. Trata-se de uma contratação plurianual, pelo que este órgão tem de ratificar o referido procedimento.

APÓS ANÁLISE FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE RATIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO” A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.



.....
..... PONTO DOIS PONTO QUATRO – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2016-2019

..... RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO) – Fez um resumo relativamente ao orçamento para 2016. É expectável que o próximo ano seja um ano com alguns desafios para as Comunidades Intermunicipais, no caso específico da CIM-TTM. O Pacto foi assinado com as diversas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais e totaliza o valor de 58.122.943,23 Euros para o atual período de programação, e divide-se da seguinte forma:

..... Programa Operacional do Norte [NORTE 2020]: 27.498.255,80 Euros (FEDER) e 24.058.585,26 Euros (FSE); Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência dos Recursos [PO SEUR]: 625.895 Euros (Fundo de Coesão); Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego [PO ISE]: 1.786.487,12 Euros (FSE) e Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2020 [PDR 2020]: 4.153.740, 05 Euros.

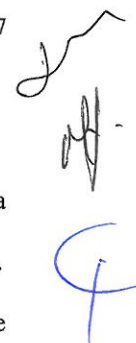
Quanto ao orçamento da receita e da despesa apresenta o valor de 2.492.042,40 Euros que se traduz essencialmente na verba da transferência do Orçamento de Estado prevista, nas receitas provenientes de fundos comunitários de candidaturas que se encontram a ser desenvolvidas pela CIM-TTM, bem como na comparticipação dos Municípios para a execução da estratégia desta entidade.

..... PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO) – Abriu as inscrições para a discussão deste ponto. A Mesa não registou inscrições.

APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2016-2019 A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADO POR MAIORIA COM 27 VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.

.....
PONTO DOIS PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS.

..... PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO) – Fez um agradecimento público a todas as entidades que aceitaram e organizaram o evento sobre a “Vida, Obra e Pensamento de Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal”. Agradeceu à CIM na pessoa do Senhor Presidente do Conselho



Intermunicipal, ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança pela participação excelente e pela forma como acolheram o evento e à comissão organizadora que despendeu longos meses de trabalho.

Ficou surpreendido pelo elevado número de pessoas que desde início ocorreram ao evento, o que demonstra que Bragança vive e participa sobre os assuntos da sua terra. Fez uma crítica à imprensa, nomeadamente ao Mensageiro de Bragança pela forma como se distanciou.

Questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa registou a inscrição de Júlio de Carvalho, Pedro Mascarenhas, Francisco Marcos, Carlos Ferreira.

..... **JÚLIO CARVALHO** – Referiu que não foi possível estar presente no evento e justificou a ausência devido a motivos pessoais.

Relativamente à moção que foi apresentada na Assembleia Municipal referente à recuperação da casa do Abade de Baçal referiu que seria importante adquirir o imóvel.

Diz ser defensor da regionalização. Relativamente às verbas que a CIM irá receber questiona sobre o que poderá fazer a CIM com tão pouco. Temos que lutar por Trás-os-Montes, dizer que nós existimos.

..... **PEDRO MASCARENHAS** – Relativamente às duas moções apresentadas referiu que votará favoravelmente, no entanto, no que diz respeito ao terceiro assunto gostou de ouvir o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, falou de coisas que todos nós pensamos mas nunca as dizemos. Manifestou apoio no caso de se decidir pelas palavras que proferiu.

..... **FRANCISCO MARCOS** – Referiu que houve uma proposta do PS para aquisição da casa do Abade de Baçal mas que foi rejeitada.

Relativamente à carta aberta enviada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, enquanto autarca do Município de Vinhais, representou o que o verdadeiro transmontano sente e manifestou congratulações. ..

Referiu ainda que estará solidário se se avançar com a regionalização.

..... **CARLOS FERREIRA** – Congratulou o Presidente do Conselho Intermunicipal, pela carta aberta dirigida ao autarca do Porto, enquanto autarca de Vinhais, e também pela conversa didática relativa às aprovações dos fundos comunitários na Região Norte.

Por fim deixou uma palavra de agradecimento ao Dr. Pavão pela excelente organização do evento sobre do Abade de Baçal, esteve presente gostou muito e correu tudo de forma brilhante.

Fez referência a Vergílio Tabora, um assistente mas ainda mais brilhante que o próprio Professor Catedrático que escreveu o livro “Trás-os-Montes”, para dizer que temos pessoas importantes.



..... **AMÉRICO PEREIRA (PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL)** - Referiu que poderá resultar desta sessão uma comissão de acompanhamento do Conselho Intermunicipal, para reunir uma vez por mês, participar e ajudar na preparação das reuniões.

Era importante que estas Moções fossem feitas mas não pode ser aqui, e neste sentido é importante, constituir uma comissão “pequena” por forma a trabalhar com o Conselho Intermunicipal.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Referiu ser uma excelente ideia, deixando a questão à consideração dos membros da Assembleia de se manifestarem sobre o assunto.

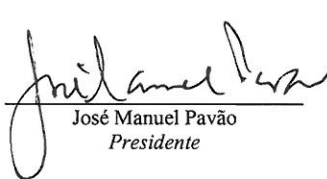
..... **PAULO PRAÇA** - Referiu que o assunto deve ser ponderado porque tem de haver enquadramento legal e estatutário, disponibilidade e suportar as deslocações.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Referiu que a comissão deverá ser em regime de voluntariado, sem qualquer encargo para a CIM, deverá ser constituída por três/quatro pessoas, ter presente a proximidade.

A constituição de uma comissão de acompanhamento ficou adiada.

..... E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas 18:50 horas, lavrando-se a presente ata para constar.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal


José Manuel Pavão
Presidente


Mário Telmo Legoinha
Vice-presidente


Carlos do Nascimento Ferreira
Secretário